

22 JUL 1980

JORNAL DO BRASIL

Sarney dá apoio a Marcílio e defende inviolabilidade parlamentar sem restrições

Brasília — O presidente do PDS, Senador José Sarney (MA), manifestou-se, ontem, a favor da total inviolabilidade do parlamentar, concordando com a posição assumida pelo Deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), Presidente da Câmara. A melhor solução para coibir os abusos parlamentares, segundo o Senador, seria o Congresso Nacional exercer o poder de controle, independente do Judiciário. "Estamos caminhando para isto", afirmou.

O Senador Sarney, que recebeu à tarde a visita do Deputado Marcílio, com quem conversou reservadamente, disse que "o PDS tem um programa que considera as prerrogativas do Congresso acima de todas as outras, e nós congressistas estamos empenhados na luta para fortalecer nossa instituição. O Estado democrático deve ter seus instrumentos de defesa, sem que eles impliquem restrição ao Congresso Nacional".

OUTRA REALIDADE

Relator da Emenda Constitucional nº 11 em fins de 1978, que devolveu algumas das prerrogativas do Legislativo, o Senador Sarney acha que "a realidade do país hoje é outra e já se pode fazer um pouco mais". Em 1978, ele ampliou a inviolabilidade parlamentar, exceto para "os crimes contra a segurança nacional".

Ao seu lado, o Deputado Flávio Marcílio concordou com a tese frisando que "esse pessoal (não esclareceu a quem se referia) precisa aprender que vivemos outra época. Saímos de um ciclo revolucionário e vivemos um ciclo de democracia. As decisões agora tem que ser tomadas com a participação do Congresso".

O Senador José Sarney apoiou a proposta do Presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcílio, da participação de mais um Partido político no Governo. Ele observou que essa aliança poderia contribuir para consolidar "a abertura e as instituições políticas".

— Entendo — disse o Sr

Sarney — legítima a preocupação do Deputado Flávio Marcílio sobre a ampliação da Maioria governamental no Congresso. Isso significará maior estabilidade ao processo de abertura democrática.

O presidente do PDS ressaltou, entretanto, não estar sentindo "nenhum indicio maior de que uma aliança dessa natureza possa se concretizar a curto prazo. Nenhum Partido de oposição parece estar com essa disposição".

— Sempre estivemos abertos a um entendimento — prosseguiu o Senador. Há sempre um terreno comum na política em que se pode e se deve fazer a união. Tanto quanto o Governo, a Oposição tem responsabilidade sobre os destinos do país. E corresponsabilidade em todas as decisões.

O presidente do PDS afirmou que "acima dos Partidos, está o problema do Brasil e da consolidação democrática".

— Mais importante que a consolidação dos Partidos, é a consolidação das instituições, da abertura e da democracia no país.